



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Gabinete do Ministro da Fazenda  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Processo nº 19973.104125/2020-91

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Brasília, 17 de dezembro de 2020.

### 1. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

1.1. As licitações e contratações de serviços de apoio administrativo, brigada de incêndio, copeiragem, limpeza predial, motorista, portaria, recepção, secretariado e segurança e vigilância predial, caracterizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, são realizadas de forma descentralizada pelos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, notando-se importante e flagrante despadronização de especificações, requisitos, valores e quantitativos licitados e contratados.

1.2. O conjunto de todas as contratações de serviços sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de acordo com levantamento preliminar realizado pela Central de Compras no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, consigna cerca de 8.000 novos contratos assinados pelos órgãos e entidades em 2019, somando aproximadamente R\$ 8,5 bilhões de gastos anuais.

1.3. No Plano Anual de Contratações – PAC de 2020, também os serviços sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra concentram parte expressiva dos gastos a serem dispendidos e do esforço administrativo para a sua consecução, sendo identificados como o conjunto de itens com maior possibilidade de centralização do processo de licitação.

1.4. A Controladoria-Geral da União – CGU, em recente trabalho apresentado no Relatório de Avaliação – Contratos de Terceirização, de 04/NOV/2019, que consistiu na avaliação de contratos de serviços de apoio administrativo e de limpeza e vigilância predial, concluiu que “as contratações de prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra carecem de maior planejamento de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa em termos de eficiência e economicidade”.

1.5. Visto que se encontram em andamento projetos específicos na Central de Compras para os serviços de limpeza predial, motorista, portaria e segurança e vigilância predial, faz-se necessário avaliar e empreender novas soluções para os demais serviços citados, de forma a estabelecer medidas que corrijam ou minimizem problemas nos processos de licitação, contratação e gestão e fiscalização contratual e, não menos importante, racionalizem, reduzam e promovam a eficiência da alocação dos recursos públicos, considerando os seguintes aspectos principais:

- a. custo e capacitação dos servidores envolvidos nos processos de licitação e gestão e fiscalização;
- b. expressivo volume de gastos;
- c. falhas recorrentes apontadas pelos órgãos de controle;
- d. fiscalização administrativa baseada em informações e documentos não digitalizadas;
- e. fragmentação do processo licitatório;
- f. ineficiência dos gastos relacionados aos processos de licitação e de gestão e fiscalização contratual;
- g. descrições, requisitos, valores dos cargos, procedimentos e instrumentos licitatórios e contratuais despadronizados;
- h. tendência de aumento da execução indireta de serviços.

1.6. Neste sentido, o Comitê de Compras e Contratos Centralizados - C4ME do Ministério da Economia – ME, em 11 de março de 2020, aprovou o portfólio de projetos da Central de Compras para 2020, incluindo o **Projeto Terceirização**, com duas fases distintas: **Fase 1 (apoio administrativo, recepção e secretariado)** e **Fase 2 (brigada de incêndio, copeiragem e motorista)**, conforme Ata da Reunião anexa aos autos (Doc. SEI nº 11999757).

- 1.7. A Fase 1 do projeto está em andamento conforme Processo SEI nº 19973.101170/2020-93.
- 1.8. Este processo corresponde ao serviço de **brigada de incêndio**.

2. **OBJETIVO DO PROJETO**

2.1. Observado o escopo da segunda fase do projeto, o objetivo é a centralização da licitação dos serviços de brigada de incêndio, copeiragem e motorista para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional sediadas no Distrito Federal – DF.

3. **REQUISITOS DO PROJETO**

3.1. Com base em estudos preliminares desenvolvidos pela Central de Compras, os requisitos estabelecidos para o desenvolvimento dessa segunda fase do projeto são os seguintes:

- a. disponibilização de solução tecnológica para auxiliar a realização do processo de gestão e fiscalização contratual;
- b. padronização das descrições, requisitos e valores dos cargos necessários para o desenvolvimento dos serviços e dos parâmetros de gestão e fiscalização contratual;
- c. quantificação de empregados terceirizados necessários para o desenvolvimento dos serviços a serem licitados estabelecida pelos órgãos e entidades contratantes;
- d. redução do custo em pelo menos 10%;
- e. utilização do Sistema de Registo de Preços – SRP no processo licitatório, com adesão dos órgãos e entidades.

4. **GOVERNANÇA E EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO**

4.1. A estrutura de governança desta segunda fase do projeto, considerados os aspectos estratégico, tático e operacional, é a seguinte:

- a. **Patrocinador:** Secretário da Secretaria de Gestão – SEGES;
- b. **Gestor:** Diretora da Central de Compras;
- c. **Coordenação-Geral:** Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Estratégias de Aquisições e Contratações – CGEST;
- d. **Coordenação:** Coordenador da Coordenação de Projetos;
- e. Coordenação-Geral de Licitação – CGLIC (Edital de Licitação);
- f. Coordenação-Geral de Gestão de Atas e Contratos – CGGAC (Ata de Registro de Preços).
- g. **Equipe de Planejamento:** centralização da licitação de serviço de motorista:

- Creison Souza Pinheiro;
- Fábio Vieira Ribeiro.

Acompanharão, nas fases de desenvolvimento do ETP e TR, os representantes da CGLIC, CGSEC e CGGAC abaixo citados, de modo que ofertarão, dentro do rol de atuação de suas coordenações, assessoria à equipe de planejamento da contratação:

CGLIC: Irene Soares dos Santos; Rafaella Cristina Teixeira Penedo  
CGSEC: Luís Guilherme Izycki; Pedro Henrique Correia de Castro  
CGGAC: Marina Ferreira de Paz Rebuá; Thais de Melo Queiroz

5. **ESCOPO DO PROJETO**

5.1. O escopo dessa fase do projeto são as contratações dos **serviços de brigada de incêndio, copeiragem e motorista** para os órgãos e unidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG).

6. **STAKEHOLDERS**

6.1. Os órgãos e entidades ou unidades diretamente envolvidas ou com interesse nesta fase do projeto são os seguintes:

- a. Subcomitê de Compras e Contratos Centralizados – SCCC;
- b. Controladoria-Geral da União - CGU;
- c. Colegiado Interno da Central de Compras - CICC;
- d. Departamento de Logística – DELOG do ME;
- e. mercado fornecedor dos serviços;
- f. órgãos e entidades contratantes;
- g. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
- h. Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP do ME;
- i. Secretaria de Gestão - SEGES do ME;
- j. Tribunal de Contas da União – TCU.

7. **PREMISSAS**

7.1. Considerados os estudos preliminares realizados pela Central de Compras e os prazos estabelecidos para esta segunda fase do projeto, as premissas para o seu desenvolvimento são as seguintes:

- a. não inclusão no escopo do projeto de aspectos específicos de melhorias e inovações no modelo de licitação, contratação e gestão e fiscalização contratual, exceto a disponibilização de solução tecnológica;
- b. disponibilização da equipe de desenvolvimento do projeto de forma exclusiva, observados os tempos de dedicação estabelecidos.

8. **GRUPOS DE ENTREGAS/CRONOGRAMA**

8.1. O planejamento do desenvolvimento desta segunda fase do projeto prevê a elaboração dos seguintes produtos principais e suas entregas nos prazos apresentados abaixo:

Produto Principal	Prazo
Estudo Técnico Preliminar - ETP	21/12/2020
Termo de Referência - TR	14/01/2021
Edital de Licitação	30/04/2021
Licitação homologada	31/05/2021
Ata de Registro de Preços - ARP	10/06/2021

9. **RESTRIÇÕES**

9.1. Considerado o exposto nos itens acima e a experiência vivenciada pela Central de Compras no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos de centralização, são apontadas as seguintes restrições que podem impactar o desenvolvimento da segunda fase do projeto:

- a. diversidade de cargos e suas respectivas descrições, requisitos e valores atualmente estabelecidos nos contratos de serviços vigentes;
- b. prazos exíguos para entrega de alguns produtos principais;
- c. dificuldade na obtenção de dados analíticos dos contratos de serviços vigentes junto aos órgãos e entidades.

10. **RISCOS IDENTIFICADOS**

10.1. Consideradas particularmente a adoção do SRP na licitação dos serviços e a adesão dos órgãos e entidades à ARP, são identificados preliminarmente os seguintes riscos:

- a. resistência dos órgãos e entidades ao processo de centralização da licitação dos serviços;
- b. resistência do mercado fornecedor naturalmente decorrentes da sistemática de licitação dos serviços;
- c. impacto das novas contratações para os atuais fornecedores e para os empregados terceirizados que executam os serviços.

MARFISA CARLA DE ABREU MACIEL CASTRO

Coordenadora-Geral de Estratégias em Aquisições e Contratações



Documento assinado eletronicamente por **Marfisa Carla de Abreu Maciel Castro, Coordenador(a)-Geral**, em 17/12/2020, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **12469523** e o código CRC **BF1CE1C5**.